

WENDELL
LOPES BARBOSA
DE SOUZA

O ERRO MEDICO NOS TRIBUNAIS

— PREFÁCIO DO MINISTRO PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO DO STJ —

- ATLAS COMPLETO DAS INDENIZAÇÕES MÉDICAS NA JUSTIÇA: 250 CASOS MÉDICOS JULGADOS NOS TRIBUNAIS A PARTIR DE UM JUIZ DOCENTE PÓS-DOCTOR INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS E DA SAÚDE
- MANUAL DE COMPLIANCE MÉDICO-JURÍDICO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS PARA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE DANOS A PACIENTES, MÉDICOS, HOSPITAIS E EMPRESAS MÉDICAS

2024 © Editora Foco
Autor Wendell Lopes Barbosa de Souza
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima
Impressão miolo e capa: META BRASIL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S729e Souza, Wendell Lopes Barbosa de

Erro médico nos tribunais / Wendell Lopes Barbosa de Souza. -Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2024.

352 p. ; 17cm x 24cm.

Inclui índice e bibliografia.

ISBN: 978-65-6120-081-3

1. Direito. 2. Direito civil. 3. Medicina. 4. Erro médico. I. Título.

2024-782

CDD 342 CDU 347

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito civil 342
2. Direito civil 347

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (4.2024) – Data de Fechamento (4.2024)

2024

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Rua Antonio Brunetti, 593 – Jd. Morada do Sol
CEP 13348-533 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

PÚBLICO DESTINATÁRIO.....	III
AGRADECIMENTOS.....	VII
HISTÓRICO E DIFERENCIAIS DA OBRA.....	IX
SOBRE O AUTOR.....	XIII
PREFÁCIO	XIV
INTRODUÇÃO.....	1
Parte I – Evolução da judicialização em geral, na Saúde e nas Ações de Erro Médico.....	2
Parte II – A recentíssima e mais vultosa indenização médica da história do país.....	3
Parte III – Fatores do crescimento numérico e econômico das indenizações médicas	4
Parte IV – Extrema relevância do Compliance e da Mediação de Conflitos na Saúde.....	8
1. JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL.....	11
1.1 Baixo crescimento da população e enorme aumento da judicialização da saúde ..	11
1.2 Evolução da judicialização dos conflitos em geral no país.....	12
1.3 Vertiginoso crescimento das ações indenizatórias sob alegação de erro médico...	13
1.4 Incremento indenizatório na responsabilidade civil médica.....	15
1.4.1 A indenização por danos morais inicial de 600 mil a final de 1,5 milhão (STJ)	15
1.4.2 A maior indenização médica da história no Brasil (TJSP)	16
1.5 Mediação de conflitos para boa solução de litígios na saúde	17
2. DIREITO MÉDICO.....	23
2.1 Conceito	23
2.2 Normatização da saúde	23
2.2.1 Tratamento constitucional (artigos 196/200 da CF).....	23
2.2.2 Regramento da Saúde na legislação infraconstitucional – SUS.....	25
2.2.3 Regulação do Conselho Federal de Medicina	26
2.2.4 Direitos (11) e deveres (117) do Médico – 10x mais deveres que direitos.....	27

2.3	Bioética	28
2.3.1	Conceito	28
2.3.2	Princípios da Bioética	28
2.3.3	Questões de vanguarda na Bioética	29
2.3.3.1	Terminalidade de vida: ortotanásia/eutanásia/distanásia	29
	➤ Resolução CFM 1.805/2006.....	32
	➤ Resolução CFM 1.995/2012.....	32
	➤ Diretiva antecipada de vontade de prática de ortotanásia em caso de situação futura de grave e irreversível enfermidade.....	33
	➤ Utilização de Diretivas Antecipadas de Vontade para negação de transfusão de sangue em paciente Testemunha de Jeová acolhida e validada pelo Poder Judiciário.....	34
2.3.3.2	Transfusão de sangue nas Testemunhas de Jeová	35
	➤ Transfusão de sangue em Testemunha de Jeová. Paciente menor de idade, necessidade de intervenção do Poder Judiciário para salvaguardar o melhor interesse do incapaz ..	39
2.4	Direito médico jurisprudencial: divisão de responsabilidade civil médica.....	42
2.4.1	Cirurgião x Anestesiata: Erro Médico.....	44
	➤ Paciente abandonada pelo anestesista após cirurgia plástica que sofreu parada cardiorrespiratória e entrou em estado vegetativo permanente	44
2.4.2	Cirurgião x Anestesiata: negligência informacional	47
	➤ Paciente submetido a cirurgia para correção de apneia que faleceu por choque anafilático	47
2.4.3	Ação regressiva para o médico que paga a dívida solidária por inteiro ..	49
3.	ERRO MÉDICO X LATROGENIA	51
3.1	Erro médico e erro do médico.....	52
3.2	Espécies de erro.....	52
3.2.1	De diagnóstico.....	52
	➤ Falha no diagnóstico de infarto agudo do miocárdio.....	53
	➤ Paciente diagnosticado com torção testicular após alta médica precoce que causou a perda do órgão	53
	➤ Radiografia que não diagnosticou fratura de tíbia, detectada após em tomografia	54
	➤ Encefalopatia tóxica não diagnosticada, detectada posteriormente em tomografia de crânio	54

➤	Erro de diagnóstico de meningite que levou a paciente à morte horas depois.....	54
3.2.2	De tratamento.....	55
➤	Falha técnica no tratamento de gestante que foi a causa direta do óbito do feto.....	55
3.3	Iatrogenia.....	56
3.3.1	Conceito.....	56
➤	Orquiectomia em paciente menor – cirurgia por suspeita de neoplasia sem consentimento dos genitores, com biópsia posterior atestando que o órgão era sadio.....	57
3.3.2	Exemplos.....	57
➤	Cirurgia oftalmológica para retirada de catarata, com rotura de cápsula posterior e perda da visão.....	57
➤	Paciente com infecção posterior ao parto, afastada hipótese de erro médico.....	58
➤	Aborto seguido de curetagem com remoção de foco infeccioso na trompa direita.....	58
➤	Paciente diagnosticada com colecistopatia calculosa crônica, sendo corretamente indicada cirurgia.....	58
➤	Paciente que sofreu lesão no nervo ciático após receber aplicação intramuscular de analgésico.....	58
4.	O NEXO CAUSAL MÉDICO.....	59
4.1	Conceito e “flexibilização” donexo causal.....	59
➤	O triste caso da mãe que ofereceu alimentação ao filho antes da anestesia para a realização de exames, omitindo o fato na anamnese, causando a morte do menor.....	60
➤	A flexibilização da prova do nexo causal, impondo indenização médica no caso de parto do bebê que tinha o pescoço envolto com o cordão umbilical e sofreu lesões neurológicas irreversíveis, mesmo atestando a perícia que não houve erro médico algum.....	61
4.2	Teorias em torno do Art. 403 Código Civil.....	62
4.3	Hipóteses de exclusão da responsabilidade civil médica.....	64
➤	Osteotomia e paralisia facial do lado esquerdo da paciente.....	64
4.3.1	Estado de necessidade e exercício regular de um direito.....	65
➤	Litotripsia extracorpórea seguida de necessária ablação de um dos rins como solução emergencial.....	65
4.3.2	Força maior ou caso fortuito (fortuito externo/interno).....	65

➤	Queda de energia no hospital, com necessidade de conversão do procedimento menos invasivo em cirurgia aberta, gerando cicatriz..	65
4.3.3	Fato de terceiro	67
➤	Responsabilidade exclusiva do estabelecimento farmacêutico pela entrega de medicamento diverso do prescrito pelo médico e informação de dosagem excessiva	67
4.3.4	Culpa exclusiva da vítima.....	68
➤	Paciente que se evade do hospital após atendimento inicial sem alta médica, com necessidade de retorno para ser entubado por conta de hemorragia.....	68
5.	ESPÉCIES DE RESPONSABILIDADE JURÍDICA DO MÉDICO	69
5.1	Responsabilização na esfera civil.....	69
5.2	Responsabilização na esfera penal	69
➤	Médico processado por homicídio com dolo eventual pela realização de cirurgia plástica sem a presença de anesthesiologista e utilização excessiva de anestésico local (lidocaína)	70
➤	Médico processado por homicídio culposo por comprovação de que deixou de prestar atendimento à paciente mesmo tendo sido solicitado por três vezes pela enfermeira ao longo do plantão	71
5.3	Responsabilização na esfera ética.....	71
5.3.1	Princípios fundamentais.....	72
5.3.2	Responsabilidade profissional.....	73
5.4	O consentimento do paciente exclui a responsabilidade jurídica médica?	75
➤	O triste e notório caso do médico que realizava cirurgia plástica em uma cobertura de apartamentos com morte da paciente após quatro paradas cardíacas	75
6.	RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA.....	77
6.1	Generalidades	77
6.1.1	Conceito	77
6.1.2	Funções.....	78
6.2	Conduta médica	80
6.2.1	Conduta médica ativa e omissiva	80
6.2.2	Responsabilidade civil médica subjetiva e objetiva	80
6.2.2.1	Negligência.....	81
➤	Esquecimento de restos placentários na cavidade uterina da paciente e negligência de cautela de profilaxia no arremate de parto normal.....	81

6.2.2.2	Imprudência.....	81
	➤ Histeroscopia com quebra de parte da agulha da anestesia (raqui) que ficou alojada na lombar da paciente.....	81
6.2.2.3	Imperícia.....	81
	➤ Paciente submetido a cirurgia de hérnia lombar que teve sua artéria ilíaca atingida em decorrência de imperícia médica.....	82
6.2.3	Responsabilidade Médica objetiva.....	82
	➤ A questão do esquecimento de gaze no corpo da paciente que veio a óbito, com condenação do hospital e exclusão de uma médica da indenização.....	83
6.3	Obrigação médica de meio e de resultado.....	83
	➤ Cirurgia de implantação de prótese peniana tida como obrigação de meio e não de resultado por ter natureza corretiva.....	84
6.4	A disciplina legal da relação médico-paciente.....	86
6.4.1	Posição da doutrina majoritária e do CFM: não aplicação do CDC.....	87
6.4.2	Posição consolidada no STJ: aplicação do CDC.....	87
6.5	O dano ao paciente.....	89
6.5.1	Dano material.....	89
	➤ Diagnóstico equivocado com fratura sendo tratada como luxação a despeito do exame de imagem.....	90
6.5.2	Dano moral.....	90
	➤ Paciente que procura o serviço de saúde apresentando formigamento do lado esquerdo e dor no peito, tontura e visão turva, sendo diagnosticado com ansiedade generalizada.....	90
6.5.3	Dano estético.....	91
6.5.4	Dano reflexo.....	92
	➤ Paciente portadora de insuficiência mitral importante que teve sua cirurgia cardíaca postergada sem justificativa, o que resultou na sua morte.....	92
6.5.5	Dano existencial.....	93
	➤ Dreno encontrado no corpo da paciente com lesão à sua integridade corporal que importa em sofrimento existencial.....	93
6.5.6	Dano social.....	94
	➤ A indenização punitiva de 1 milhão contra a Operadora de Plano de Saúde pela reiteração de indevida negativa de internações – revertida para o Hospital das Clínicas.....	94
6.6	Prescrição da indenização por dano no serviço médico.....	95

7. QUESTÕES DE ALTA INDAGAÇÃO NAS INDENIZAÇÕES MÉDICAS	97
7.1 A cirurgia plástica	97
➤ Braquioplastia considerada como cirurgia reparadora e não estética, daí ser tida como obrigação de meio e não de resultado.....	97
➤ Cicatrizes queloidianas inerentes ao organismo humano após cirurgia de redução de mamas, considerada como corretiva e obrigação de meio -- sem indenização médica nesse caso.....	98
➤ Implante de prótese mamária para aumento do volume dos seios considerada como cirurgia meramente estética e assim uma obrigação de resultado, gerando indenização médica o resultado inestético demonstrado por perícia judicial médica.....	98
➤ Cirurgia plástica de abdominoplastia e resultado insatisfatório sob o ponto de vista da paciente, mas sem demonstração de erro médico algum pela prova técnica, sendo negada a indenização nessa hipótese.....	100
7.2 Divisão de responsabilidade civil entre residente e preceptor	100
➤ Responsabilização do residente em grau de culpa menor do que a responsabilidade do preceptor.....	101
➤ Responsabilidade do médico residente deve ser considerada, pois é profissional devidamente graduado e com registro no CRM.....	102
➤ Aplicação de técnica incorreta em parto normal, acarretando morte do nascituro e responsabilização solidária do médico preceptor e do médico residente	102
➤ Desnecessidade de supervisão do atendimento prestado por médico residente, pois é profissional médico devidamente formado e registrado no CRM, podendo clinicar.....	102
➤ Procedimento médico que extrapola o âmbito da medicina generalista, sendo que a responsabilidade não pode ser creditada ao residente, pois diagnosticou em tempo a necessidade de parto cirúrgico, sendo necessária a intervenção do preceptor	103
7.3 Perda de uma chance de cura médica.....	104
8. DEVER INFORMACIONAL E DOCUMENTOS MÉDICOS.....	107
8.1 Dever informacional.....	107
8.1.1 O caso emblemático da indenização médica sem erro médico.....	107
8.1.2 Previsão legal do dever informacional.....	108
8.1.3 Hipóteses de indenização médica por descumprimento do dever de informação.....	109
➤ Correta técnica médica empregada, mas falha no dever de informação reconhecida.....	109
➤ Vertebroplastia realizada sem a comprovação do consentimento esclarecido da paciente	110

8.1.4	Grave problema médico no uso desmedido da tese da negligência informacional.....	110
	➤ Realização de histerectomia por diagnóstico de adenomiose – não violação de protocolos médicos e ausência do descumprimento do dever de informação, sendo negada a indenização	111
8.2	Documentos médicos mais importantes.....	112
8.2.1	Contrato de prestação de serviços médicos.....	113
8.2.2	Prontuário médico eletrônico (Lei 13.787/18).....	114
8.2.3	Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE.....	115
	➤ Cirurgia estética correta, mas sem o TCLE	115
	➤ TCLE genérico.....	115
	➤ Cirurgia Plástica – regularidade da assinatura do TCLE no próprio dia da cirurgia eletiva	117
9.	A PROVA DO ERRO MÉDICO	119
9.1	Ônus da prova.....	119
9.2	Espécies de provas	121
9.2.1	Oral.....	121
9.2.2	Documental	121
9.2.3	Pericial	122
	9.2.3.1 Força do laudo pericial	122
	9.2.3.2 A questão da participação ou não do advogado na perícia médica	122
	9.2.3.3 Laudo pericial inconclusivo.....	123
	9.2.3.4 Possibilidade de afastamento da conclusão pericial pelo magistrado	123
10.	RESPONSABILIDADE CIVIL DAS EMPRESAS DE SAÚDE.....	127
10.1	Hospitais.....	127
10.1.1	Classificação dos serviços hospitalares	127
	10.1.1.1 Extramédicos	128
	➤ Responsabilidade do hospital por morte de paciente não decorrente da doença: casos de suicídio e assassinato de paciente	128
	10.1.1.2 Paramédicos.....	129
	➤ Responsabilidade do hospital pela conduta imperita dos profissionais de saúde.....	129
	10.1.1.3 Essencialmente médicos.....	130
	➤ Responsabilidade do hospital por culpa da equipe médica	131

10.1.2	Infecção hospitalar	131
	➤ Responsabilidade civil do hospital em decorrência de infecção hospitalar.....	132
10.1.3	Solidariedade dos hospitais pelo erro do médico	133
	➤ Responsabilidade solidária entre hospital e médico por erro médico e defeito nos serviços prestados ao paciente.....	133
10.2	Operadoras de planos de saúde.....	137
10.2.1	A questão da solidariedade da operadora de plano de saúde pelo erro médico	137
	➤ Médico Conveniado.....	138
	➤ Médico Credenciado.....	138
10.2.2	A criopreservação de óvulos de paciente com câncer (STJ)	139
10.2.3	Responsabilidade civil das operadoras pela negativa de cobertura	141
10.2.3.1	Indevida a negativa de cobertura para exame determinado pelo médico que acompanhava paciente com câncer – dano moral caracterizado	141
10.2.3.2	Negativa de cobertura de transplante de medula óssea, com exclusões expressas – transplante não está excluído e dano moral caracterizado	141
10.2.3.3	Negativa de cobertura de materiais de cirurgia – médico quem deve determinar o tratamento a ser destinado ao paciente e não o plano ou seguro saúde	141
10.2.3.4	Negativa de cobertura em procedimento cirúrgico – procedimento indicado por médico especialista, sendo ilegal a recusa – dano moral evidenciado.....	142
10.2.3.5	Negativa de cobertura a exames relacionados ao tratamento coberto pelo plano de saúde e abusividade – condenação em reembolso dos valores despendidos pelo paciente	142
10.2.3.6	Negativa de cobertura de cirurgia em que a Testemunha de Jeová se recusa à transfusão de sangue – inviável a transferência à seguradora dos ônus decorrentes das crenças religiosas do paciente – ação de indenização da paciente improcedente...	142
10.2.4	A multa de meio milhão pela negativa de tratamento de câncer (STJ) ..	143
10.2.5	A questão da solidariedade no erro médico quando se trata de seguro-saúde, com livre escolha do profissional e hospital pelo paciente	144
10.3	Laboratórios.....	144
10.3.1	Falha na ultrassonografia obstétrica morfológica e defeito na prestação dos serviços de exame médico/laboratorial e de imagem, essencial ao diagnóstico e ao tratamento da doença de mielomeningocele....	144

10.3.2	Laboratório que realiza exame de bilirrubina com valores equivocados.....	145
10.3.3	Laboratório que retirou amostra de sangue insuficiente para a realização do teste do pezinho, fato que impossibilitou a realização de importante exame em recém-nascido.....	145
10.3.4	Mera discrepância entre um exame e outro, realizado por outra clínica não gera dever de indenizar, pois os exames de imagem são complementares da atividade do médico.....	145
10.3.5	Resultado do primeiro exame diferente do exame posterior: não há dever de indenizar, pois os exames são complementares à atividade médica.....	146
10.3.6	Exame de imagem realizado erroneamente, com informação inverídica ao paciente, atestando aborto. Responsabilidade civil do técnico que realizou o exame e do hospital.....	146
10.3.7	Após primeiro diagnóstico paciente saiu do hospital sem aguardar realização de novos exames.....	146
10.3.8	Entrega de resultado incorreto, configuração de defeito na prestação de serviços, responsabilidade civil configurada.....	147
10.3.9	Entrega de exame de imagem de terceiro apontando gravidez, dano moral configurado.....	147
10.3.10	Clínica de radiologia – a médica do assinante do laudo não se mostrou negligente, imprudente ou imperita, e não há prova de defeito no serviço prestado pela clínica.....	148
11.	TECNOLOGIA EM SAÚDE E RESPONSABILIDADE CIVIL.....	149
11.1	Cirurgia robótica.....	150
11.2	Telemedicina.....	153
11.3	LGPD em saúde.....	155
	➤ Divulgação do prontuário médico de paciente portador de HIV.....	157
11.4	Publicidade médica na internet.....	158
	➤ Falsa promessa de cura e tratamento ineficaz de psoríase, gerando responsabilidade civil.....	161
	➤ Cremesp interdita cirurgiã que compartilhou vídeos com pele e gordura de pacientes após operar.....	162
12.	CRIMES MÉDICOS.....	165
12.1	Noções gerais sobre crimes no direito médico.....	165
12.2	Como o médico pode cometer crime?.....	166
12.2.1	Dolo eventual x culpa consciente.....	167
12.2.2	Crimes por ação e omissão do médico.....	167

12.2.3	Sigilo médico na suspeita de aborto pela paciente	170
12.3	Excludentes de ilicitude médica	175
12.4	Noções gerais sobre penas no direito médico	176
12.4.1	Tipos de penas: privativas de liberdade e restritivas de direito	176
12.4.2	Vinculação entre as esferas criminal e cível	178
12.5	Crimes na área da saúde.....	179
12.5.1	Crimes contra a vida e a integridade física.....	179
12.5.1.1	Homicídio	179
12.5.1.2	Aborto.....	181
12.5.1.3	Lesão corporal	183
12.5.2	Crimes documentais no Código Penal.....	184
12.5.2.1	Atestado falso.....	184
12.5.2.2	Falsa perícia	185
12.5.3	Demais crimes ainda no Código Penal	185
12.5.3.1	Omissão de socorro	185
12.5.3.2	Omissão de notificação de doenças compulsórias	186
12.5.3.3	Exercício ilegal da medicina	186
12.5.4	Crimes previstos na legislação penal médica especial.....	187
12.5.4.1	Lei de esterilização cirúrgica ilícita (Lei 9.263/96)	187
12.5.4.2	Lei de biossegurança: a questão das células-tronco (Lei 11.105/05).....	188
12.5.4.3	Lei de transplantes de órgãos e de tecidos (Lei 9.434/97).....	190
12.6	Remoção de órgãos seguida de morte: o trágico caso Pavesi.....	191
13.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ODONTÓLOGO.....	195
13.1	Introdução e normatização da odontologia.....	195
13.2	Jurisprudência na indenização odontológica	197
13.2.1	Comprovada a culpa do dentista responde solidariamente a clínica ..	197
13.2.2	Extração de dente siso – com erro no procedimento cirúrgico resultando na fratura mandibular.....	197
13.2.3	Fratura de raiz do dente – dano evidenciado e reconhecido pela própria clínica.....	198
13.2.4	Descumprimento do dever de cuidado e diligência exigidos na atuação do cirurgião dentista reconhecido como erro médico (em amplo sentido)	198
13.2.5	Extração de dentes inexistente prova de que o cirurgião-dentista tenha agido com imprudência, negligência ou imperícia sem erro, portanto, sem indenização	198

13.2.6	Perda óssea e dentária – sem evidência ou prova – obrigação de meio .	199
13.2.7	Implantes dentários – falha na prestação de serviços não comprovada.	199
13.2.8	Falha no dever de informar do dentista.....	199
13.2.9	Prontuário incompleto – dever de indenizar configurado	200
13.2.10	Endodontia – obrigação de resultado, mantida a responsabilidade subjetiva do dentista – sem comprovação da culpa do odontólogo, não responde a clínica e operadora	200
13.2.11	Implante dentário – não obtenção de qualquer resultado após longo período, em razão da imperícia constatada, com culpa presumida na prestação do serviço.....	200
13.2.12	Paciente não consegue o resultado estético almejado – obrigação de resultado e responsabilidade subjetiva, com inversão do ônus probatório contra o odontólogo	201
14.	CASOS MÉDICOS CONCRETOS – UMA TÊNUE LINHA ENTRE O ERRO MÉDICO X IATROGENIA.....	203
14.1	Casos de erro médico: com indenização médica	203
14.1.1	Erro médico grosseiro por realização de cirurgia diversa da necessária	203
	➤ Execução de postectomia ao invés da indicada anguiloglossia.....	203
	➤ Realização de cirurgia de fimose ao invés de vasectomia.....	203
14.1.2	Equivocado diagnóstico médico, o qual, não identificando a exata disfunção sexual do paciente, prescreve-lhe inadequado tratamento pretensamente curativo, de cuja aplicação resultou quadro de priapismo	203
14.1.3	Paciente diagnosticada com câncer no colo do útero e submetida a cirurgia mesmo grávida, ausentes exames pré-operatórios, em flagrante erro da equipe médica	204
14.1.4	Prescrição do remédio fenobartital a recém-nascido em dose muito acima da recomendada, causando intoxicação e sequelas permanentes	204
14.1.5	Gravidez ectópica – Atendimentos médicos que não seguiram os devidos protocolos da obstetrícia, com erro médico configurado.....	205
14.1.6	Gravidez ectópica – Mesmo com exames de sangue, imagem e clínico, médico não constatou a gravidez, sendo necessário a paciente buscar outro hospital.....	205
14.1.7	Queimadura por bisturi elétrico que causa as queimaduras no corpo do paciente – Erro médico evidenciado, com necessidade de indenizar, salvo raras exceções.....	205
14.1.8	Erro Médico – Por esquecimento de gaze dentro do corpo do paciente, com reconhecimento do dever de indenizar	207

14.1.9	Erro Médico Cirurgia realizada em local diferente daquele indicado sem consentimento do paciente e sem necessidade	211
14.1.10	Erro de diagnóstico – Exame de eletrocardiograma que exibia alterações eletrocardiográficas sugestivas de injúria miocárdica, mesmo assim com alta ao paciente.....	212
14.1.11	Caso de torção testicular – Erro médico ao não realização de exame de imagem e posterior necessidade de remoção do órgão.....	212
14.1.12	Clínica médica de reprodução humana assistida – Não prestação de assistência após cirurgia sob a alegação de o que estado de saúde da paciente não decorria da intervenção cirurgia – Erro médico configurado.....	213
14.1.13	Erro Médico Gestação com “bolsa rota” e não observância pelos médicos da gravidade do caso da paciente, sem aplicação de normas técnicas recomendáveis e risco de morte.....	213
14.1.14	Erro Médico Homicídio culposo por erro e demora no diagnóstico de apendicite aguda, que culminou no óbito do paciente.....	213
14.1.15	Fratura e necessidade de exame de imagem – Médico que não encaminha paciente para outro local que pudesse realizar o exame, optando por medicar e liberar o enfermo – Erro médico caracterizado.....	214
14.1.16	Erro Médico – Por perfuração do intestino em colonoscopia sem a devida prestação das informações aos familiares do paciente, com dever de indenizar	215
14.1.17	Não orientação correta sobre os riscos para realização de exame endoscopia – Paciente relatou desconforto ao receber sedação e após exame foi liberado pelo médico, com diagnóstico posterior de trombose endovenosa.....	215
14.1.18	Exame de Endoscopia Paciente perdeu os dois dentes da frente, pois o médico não observou o procedimento padrão para realização do exame.....	216
14.1.19	Erro médico do oftalmologista – Prescrição de lentes erradas, sem amparo na literatura médica.....	216
14.1.20	Erro de diagnóstico em emergência – Com infarto e demora no atendimento correto levando a óbito do paciente.....	216
14.1.21	Queimadura por laser em procedimento dermatológico – Surgimento de lesão cancerígena na pele.....	217
14.1.22	Procedimento estético por dermatologista – Aplicação de produto em dose superior a recomendada, com cicatrizes graves e permanentes.....	217
14.1.23	Perda da visão e necrose em parte do rosto da paciente – Procedimento dermatológico realizado em clínica.....	218
14.1.24	Demora na realização de cesárea de urgência – Sofrimento fetal e falecimento posterior ao parto por ingestão de mecônio no interior do útero materno.....	218

14.1.25	Cirurgia plástica embelezadora e insucesso que deixou diversas marcas – Erro médico evidenciado e necessidade de reparação de danos morais e estéticos.....	219
14.2	Casos de iatrogenia – Sem indenização médica.....	219
14.2.1	Ausência de erro do médico – Com infecção puerperal contraída após cirurgia cesária, isentando-se médico e hospital da responsabilidade...	219
14.2.2	Ausência de erro médico por choque anafilático após prescrição de buscopan composto – Caso fortuito.....	219
14.2.3	Procedimento para retirada de objeto estranho do ouvido que atendeu a literatura médica, mesmo com a laceração do conduto e perfuração ampla do tímpano.....	219
14.2.4	Ausência falha médica em implantação de equipamento auditivo.....	220
14.2.5	Ausência de erro médico na realização de endoscopia com perfuração do esôfago e gástrica, pois este é considerado um risco do procedimento.....	220
14.2.6	Ausência erro médico, por complicações após cirurgia plástica, procedimento correto – Caso de furto do paciente no interior do hospital, há dano moral caracterizado.....	221
14.2.7	Ausência de erro médico – Por cirurgia de cataratas que decorreu na perda da visão.....	221
14.2.8	Perda da visão por uso de cloroquina sem responsabilidade da oftalmologista – Remédio foi prescrito pelo profissional anterior de reumatologia.....	221
14.2.9	Ausência de erro médico por falta de sedação para realização de endoscopia, pois nem sempre o paciente pode ser sedado – Afastada responsabilidade do médico.....	222
14.2.10	Realização de exame de histerossalpingografia – Não correlação entre o exame e a infertilidade, pois paciente que tentava engravidar há muitos anos – Erro médico afastado.....	222
14.2.11	Exame mamografia – Paciente não procurou os resultados, voltando ao médico apenas dois meses depois, o que acarretou degradação do estado de saúde pela evolução da doença nesse período, sem indenização médica.....	223
14.2.12	Exame de eletrocardiograma e ergométrico com resultado de falso positivo – Novos exames solicitados pelo médico para confirmação do diagnóstico – Não há erro no diagnóstico, pois o médico buscou outras formas de confirmar ou não diagnóstico.....	223
14.2.13	Quadro de impotência sexual após cirurgia que decorre do próprio organismo do paciente – Ausência de conduta médica errônea, já que houve o cumprimento do dever informacional quanto aos possíveis efeitos adversos.....	224

14.2.14	Cirurgia de fimose com infecção pós-operatório Procedimento que decorreu de forma escoreita sem qualquer intempérie e erro médico não configurado.....	224
14.2.15	Câncer de próstata após cirurgia para tratamento de impotência sexual e incontinência urinária – Sequelas esperadas para esse tipo de tratamento, presumindo-se que o paciente as conhecia Erro médico não evidenciado.....	225
14.2.16	Médico que aplica técnica recomendada pela literatura médica para cirurgia de fimose, ainda que diversos os resultados esperados – Não incorre em erro médico e consequente responsabilidade civil.....	225
14.2.17	Cirurgia de ressecção transuretral de próstata seguida de complicações – Incontinência urinária e impotência sexual não decorrentes do ato cirúrgico – Indenização não devida.....	225
14.2.18	Correção de incontinência urinária seguida de complicações na vida sexual – Perícia que não demonstrou onexo causal, com erro médico não comprovado.....	226
14.2.19	Alegação de cirurgia ginecológica que teria causado danos renais – exames indicam problemas congênitos na paciente Erro médico afastado.....	226
14.2.20	Cirurgia plástica: abdominoplastia Cicatrizes que decorrem do esperado para o procedimento realizado – Erro médico afastado.....	226
14.2.21	Cirurgia plástica reparadora – Resultado estético não alcançado, mas possível de melhora/correção a partir de nova cirurgia – Inexistência de erro médico.....	228
14.2.22	Gravidez ectópica Conduta médica adequada de retirar o feto e a trompa que decorrem da patologia Erro médico não configurado.....	229
14.2.23	Riscos inerentes ao exame de colonoscopia – Ausência de erro médico.....	231
14.2.24	Fragmentos metálicos aderidos ao osso em cirurgias ortopédicas não considerada como erro médico – Caso de iatrogenia.....	232
14.2.25	O caso do perfuramento da bexiga da paciente durante histerectomia .	232
15.	CASOS MÉDICOS PECULIARES.....	235
15.1	O suicídio do paciente em tratamento psiquiátrico.....	235
15.2	Médico residente que ultrapassa os limites das suas funções por estado de necessidade e salva paciente.....	235
15.3	Paciente que não comparece nos retornos do tratamento, tendo piora na sua saúde Não se considera erro médico.....	236
15.4	Queimadura com bisturi elétrico em cirurgia no crânio – Cirurgia exitosa – negligência afastada – Equipamento novo e com boa operação.....	236
15.5	Não realização do teste do ouvidinho no recém-nascido, com descoberta futura de disacusia – Responsabilidade civil imposta.....	236

15.6	Cirurgia plástica reparadora Mamoplastia redutora Desnecessidade de realização de nova prova pericial ou de sua complementação	236
15.7	Cirurgia para retirada de cisto, que posteriormente se descobriu inexistente. Responsabilidade do ultrassonografista não evidenciada, pois não é ele quem determina o tratamento – Diagnóstico por imagem correto, pois cistos podem desaparecer naturalmente	237
15.8	Alegação de cirurgia ginecológica realizada erroneamente, pois o correto era renal – Paciente apresentou exames e consultou-se com médico da área, sendo que havia anomalias que indicavam a cirurgia realizada Erro médico afastado	237
15.9	Atendimento regular e prescrição correta de medicamento diante dos sintomas inespecíficos do paciente – Patologia que evoluiu de modo abrupto Afastado qualquer erro médico	238
15.10	Cirurgia plástica embelezadora assimetria dos seios, decorreu de movimentação das próteses que pode ocorrer em caso de algum movimento realizado pela paciente – erro médico não evidenciado	238
15.11	Pedaço de bisturi que, após quebra, fica preso em parte da coluna da paciente, havendo risco maior para retirada do fragmento alojado no local – Dano moral	238
15.12	Bisturi elétrico – Queimadura da pele da paciente, porquanto os cabos se desprenderam no momento da cirurgia – Responsabilidade dos funcionários do hospital pela correta manutenção dos equipamentos. Não excluída a responsabilidade da equipe médica	239
15.13	Plano de saúde deve de informar ao paciente antes da internação de que havendo recusa na cobertura, ele se responsabilizará pelo pagamento Não o fazendo, há dano moral caracterizado	240
15.14	Cirurgia realizada por residente que resultou em erro médico Responsabilização do hospital e do médico residente solidariamente	240
15.15	Uso de contraste para exame radiológico com choque anafilático da paciente – audiência de erro médico	240
15.16	Ressecção de tumor benigno de parótida – O caso do acordo entre a paciente e o hospital e seguradora, com manutenção do processo contra a médica Ao final sentença declarando que não houve erro médico	241
15.17	Paciente com paralisia cerebral que veio a óbito por broncoaspiração – Como não conseguia deglutir em razão da deficiência não há possibilidade de comprovar que houve aspiração do material da sonda	241
15.18	Garantia da autonomia da vontade do paciente maior, capaz e consciente, negando a amputação de seu pé para salvar sua própria vida – Direito à vida, não dever de viver	242
15.19	Paciente realizou todo tratamento quimioterápico, após 6 anos descobriu o erro do diagnóstico – A paciente mudou de convênio, em consulta inicial o novo médico suspeitou do erro	242

15.20	STJ afasta indenização por doença grave de consumidora que tomou novalgina – Autora após ingerir dois comprimidos de novalgina apresentou reações adversas graves, quadro clínico se agravou – Posteriormente a consumidora foi diagnosticada com síndrome de Stevens-Johnson, uma reação adversa grave da pele a medicamentos ou infecções	243
15.21	Médicos não indenizarão pais por choque anafilático de criança – STJ considerou que se tratava de risco inerente à cirurgia de adenoide e amígdalas	243
15.22	Hospital e médico não precisarão indenizar paciente por cirurgia desnecessária de retirada de câncer – O caso teve origem em um laudo falso positivo.....	244
15.23	Hospital deve indenizar casal por diagnóstico incorreto – Paciente teve exame de HIV positivo divulgado para terceiros.....	244
15.24	Paciente menor com prescrição médica para amputação de um dos braços acometido de osteossarcoma com metástases pulmonares – Discordância dos genitores – tratamento médico extremo autorizado em benefício e garantia da vida da menor	245
15.25	Hospital geral de Caxias do Sul e médico são isentados da alegação de erro médico do paciente que diz ter ficado sem um dos rins: caso de agenésia?	245
15.26	Hospital público – Erro médico	246
	➤ Responsabilidade Civil da Administração Pública pelo erro médico cometido dentro de hospital público: necessidade da demonstração da culpa dos agentes públicos médicos em se tratando de serviço propriamente médico – trata-se de hipótese de responsabilidade civil objetiva do Estado, mas necessária a demonstração da culpa médica dos agentes prestadores do serviço público de saúde para haver indenização	246
REFERÊNCIAS.....		251
ANEXO – LEGISLAÇÃO MÉDICA MAIS IMPORTANTE		271
1.	Lei 12.842/13 – Dispõe sobre o exercício da medicina	271
2.	Lei 6932/81 – Dispõe sobre residência médica e preceptoria	273
3.	Lei 13.787/18 – Dispõe sobre o prontuário médico eletrônico.....	274
4.	Resolução CFM 2.217/18 – Código de Ética Médica.....	275
5.	Resolução CFM 2.306/22 – Código de Processo Ético-profissional	285
6.	Resolução 2.232/17 – Recusa terapêutica e objeção de consciência médica.....	303
7.	Resolução CFM 2.311/22 – Cirurgia robótica.....	305
8.	Resolução CFM 2.314/22 – Telemedicina.....	306
9.	Resolução CFM 2.336/23 – Publicidade e propaganda médicas	309
10	Resolução CFM 2.373/23 – Dispõe sobre as atividades exclusivas de médicos em áreas comuns na região craniomaxilofacial	316